

ECONOMIA POPULAR, DES/COLONIALIDADE DO PODER E ECONOMIA SOLIDÁRIA:

NOTAS PARA UM DEBATE LATINO-AMERICANO

THE POPULAR ECONOMY, THE DE/COLONIALITY OF POWER AND THE SOLIDARITY ECONOMY:

NOTES FOR A LATIN AMERICAN DEBATE

BRUNO SIQUEIRA FERNANDES^{A, E, F}

SIBELLE CORNÉLIO DINIZ^{A, E, F}

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, MG, Brasil

R E S U M O : O presente trabalho busca aproximar os conceitos de des/colonialidade e economia popular e solidária na perspectiva latino-americana. Nesse sentido, a discussão situa-se, primeiro, na reflexão sobre a economia popular enquanto terreno para uma Outra Economia, seus limites e suas possibilidades. Em seguida, são feitos apontamentos para o fortalecimento de uma economia alternativa de base popular por meio da relação entre as ideias de economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária.

P A L A V R A S - C H A V E : Economia popular, economia solidária, des/colonialidade, outra economia, polo marginal.

A B S T R A C T : This paper brings together the concepts of delcoloniality and popular and solidarity economies from the Latin American perspective. First, we focus on the popular economy as the terrain for an “Other Economy”, its limits and its possibilities. We then present notes for strengthening an alternative economy, through a relationship between the ideas of popular economy, delcoloniality of power, and solidarity economy.

K E Y W O R D S : popular economy, solidarity economy, delcoloniality, other economy, marginal pole

A G R A D E C I M E N T O S : Os autores agradecem ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – pelo apoio fornecido ao longo da execução deste trabalho.

Contribuições dos autores: A. fundamentação teórico-conceitual e problematização; B. pesquisa de dados e análise estatística; C. elaboração de figuras e tabelas; D. fotos; E. elaboração e redação do texto; F. seleção das referências bibliográficas.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p254>

INTRODUÇÃO

A economia popular e solidária ganha expressão no Brasil na década de 1990, como resposta ao desemprego, à precarização e ao desmantelamento do mundo do trabalho. No fim do século XX, o debate latino-americano sobre esse tema se pautava na recusa do conceito de economia informal e na discussão sobre desemprego estrutural e subemprego. No presente, o debate se situa a partir da proposição de outro sistema, centrado no trabalho e na convivência entre os princípios de comportamento econômico¹, aproximando-se das ideias de economia social e economia plural (DINIZ, 2016). O movimento que se apresenta neste século, portanto, traz o centro e a periferia no bojo da contestação do “economicismo” e a favor de uma Outra Economia, marcada pela solidariedade, sustentabilidade e emancipação (CATTANI et al., 2009).

O presente trabalho busca aproximar os conceitos de des/colonialidade e economia popular e solidária no debate latino-americano. Nesse sentido, a discussão situa-se, primeiro, na reflexão sobre a economia popular enquanto terreno para uma Outra Economia, seus limites e suas possibilidades. Em seguida, relacionando as idéias de des/colonialidade do poder e economia solidária, são feitos apontamentos para o fortalecimento de uma economia alternativa de base popular.

A metodologia aplicada no artigo é a pesquisa bibliográfica. O objetivo da pesquisa bibliográfica (KÖCHE, 2011, p. 122) é, portanto, “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa”. Considerando isso, buscou-se levantar o conhecimento disponível acerca da economia popular, da economia solidária e da des/colonialidade do poder, buscando identificar de que forma as teorias produzidas contribuem para a proposta de pesquisa aqui apresentada.

ECONOMIA POPULAR: LIMITES E POTENCIALIDADES NA AMÉRICA LATINA

Nos anos 1970, começou a ser colocada em xeque a associação das economias latino-americanas a estruturas duais, formadas por um setor moderno e outro setor tradicional, sendo este último arcaico e fadado ao desaparecimento. A partir desse momento, começam a surgir novas conceituações para aquilo que não viria a desaparecer, mas sim se consolidar como realidade das periferias do capitalismo: circuito inferior da economia, economia popular, organizações econômicas populares e polo marginal. Todas essas conceituações buscam salientar o papel dinâmico e heterogêneo desse setor, seu papel funcional para o sistema e sua importância estrutural na América Latina.

A leitura de Milton Santos (2008) irá orientar esse debate a partir da conceituação dos circuitos econômicos. Essa visão enfatiza que nas cidades dos países periféricos, nesse caso, na América Latina, existem dois circuitos (ou sistemas) econômicos: o circuito superior e o circuito inferior. Essa configuração tem origem no processo de modernização industrializante, que ocorre de maneira disforme, seletiva e incompleta nesses países.

¹ Em *A Grande Transformação*, Polanyi (2011) recorre às pesquisas etnográficas de Malinowski e Thurnwald para discutir os modos de comportamento econômico distintos do mercado que permearam as sociedades: a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade.

O circuito superior é intensivo em capital, produz em grande escala, se projeta para fora da sua região nascente e tem como foco a acumulação de capital. O circuito inferior, por sua vez, é sustentado por atividades de pequena escala ou sem escala, intensivo em trabalho e com alto grau de projeção e articulação com a cidade e a região em que se encontra. É no circuito inferior, portanto, que se insere o trabalho familiar, autônomo, organizado em unidades domésticas etc. Considerando a organicidade e a articulação entre os dois circuitos, Santos (2008) expõe o caráter dinâmico e estrutural do circuito inferior nas economias urbanas dos países periféricos.

Tomando a análise de Milton Santos (2008) como ponto de partida para o debate, é possível trazer a contribuição, também na década de 1970, de autores importantes para a economia popular, como Luis Razeto, Aníbal Quijano e Jose Luis Coraggio. Para esses autores, a economia popular reúne um conjunto de práticas econômicas e sociais desenvolvidas pela classe trabalhadora a partir de recursos próprios. Esta não se define apenas pelas características dos seus integrantes, mas sim pela qualidade de suas relações e por sua escala de organização, que permitem um contato mais direto e pessoal, não necessariamente passando pelo mercado ou pela concorrência.

Luis Razeto (1993), em seu trabalho sobre a economia chilena, classifica a economia popular em cinco grupos: (1) soluções emergenciais, como mendicância de rua, integração em assistência pública ou privada para pessoas em extrema pobreza etc.; (2) atividades ilegais, como prostituição, pequenos furtos, venda de drogas etc.; (3) iniciativas individuais informais, como comércio ambulante, serviços domésticos etc.; (4) microempresas e pequenos negócios individuais ou familiares (lojas de bairro, oficinas de costura etc.); (5) empresas associativas, como cooperativas, empresas geridas por trabalhadores, entre as quais se verificam as Organizações Econômicas Populares (OEP's). Para o autor, as OEP's seriam o polo mais avançado da economia popular, uma vez que estas se organizam de forma alternativa ao capital, como um modo de produzir, consumir e comercializar diferente da lógica hegemônica de mercado.

Essas organizações são extremamente heterogêneas, no entanto, Razeto (1993) salienta dez características comuns a elas: (1) desenvolvem-se entre os mais pobres e marginalizados; (2) são experiências associativas de pequeno porte, em que os membros se reconhecem em sua individualidade; (3) procuram organizar seus recursos, planejar suas rotinas e tomar decisões para conquistar metas bem definidas; (4) revelam um conteúdo econômico, surgindo como forma de solucionar problemas e necessidades econômicas e realizando atividades de consumo, produção, poupança, distribuição de rendimentos etc.; (5) buscam resolver os problemas sociais e econômicos pela ação direta; (6) criam relações e valores solidários, baseando-se no fixação de laços de colaboração, cooperação no trabalho e responsabilização; (7) são formas de organização que buscam a democracia, autonomia e autogestão; (8) não são limitadas a uma atividade, além de combinar suas atividades econômicas com outras de caráter educativo, de desenvolvimento pessoal e do grupo, de solidariedade, de ação política e/ou religiosa; (9) buscam ser alternativas às formas de organização predominantes, definidas como capitalistas, individualistas, consumistas, autoritárias etc., e contribuir para uma mudança social na direção de uma sociedade mais justa; (10) buscam superar a marginalidade e o isolamento, vinculando seus membros de forma horizontal, por meio de redes que permitem pensar objetivos de maior dimensão, além de buscar a colaboração de instituições não governamentais e públicas que oferecem serviços de capacitação, assistência técnica, entre outros.

Essas características evidenciam as potencialidades que a economia popular traz em seu bojo. O questionamento das formas homogeneizadoras de mercado e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária colocam a economia popular como forma avançada de combate aos processos de marginalização típicos das economias periféricas. Para além disso, seu potencial pedagógico e emancipatório representa uma alternativa para o dismantelamento do mundo do trabalho na nova fase do capitalismo e para o processo de precarização do trabalho vivenciado de maneira intensa a partir da transição para o período pós-fordista (ANTUNES, 2005; HARVEY, 2009).

Quijano (1998) buscará mostrar, a partir da categoria das OEP's, se o “polo marginal”, assim chamado por ele, poderia se tornar um caminho para uma economia alternativa à do capital. Partindo do entendimento das OEP's, consolidado pelo grupo de pesquisadores do Programa Economia do Trabalho (PET), do qual Luis Razeto faz parte, ele chega a algumas conclusões. Primeiro, o autor afirma existir, na América Latina, um setor que não é composto por atividades plenamente empresariais, e que, portanto, não se encontram organizadas dentro do sistema assalariado comum ou submetidas a estruturas de mercado. Outro aspecto destacado por Quijano (1998) é o papel das relações familiares e a organização da atividade produtiva na própria casa e na rua como traços comuns. Por fim, a força de trabalho não é completamente remunerada por salários, na medida em que o trabalho assalariado se combina, em proporções variadas, ao trabalho não pago (QUIJANO, 1998, p. 227).

Em consonância com Santos (2008) e Razeto (1993), Quijano (1998) mostra que, nas economias urbanas latino-americanas, de fato poderia se destacar um setor no qual “não atuam plenamente as normas e as instituições predominantes na empresa capitalista” (Quijano, 1998, p. 227, tradução nossa). Para esse autor, a investigação acerca das OEP's trouxe à tona modos de organização econômica fundados nas bases da reciprocidade e da comunidade. A reciprocidade estaria nas relações de produção que se caracterizam pela relação direta de trabalho entre sujeitos socialmente iguais. A comunidade seria um modo distinto de organização da estrutura de autoridade, em que a gestão coletiva é a característica principal, além da igual consideração dos membros e tomada de decisões com participação direta. Contudo, a combinação desses dois modos de organização não se dá fora do mercado, buscando a obtenção de recursos de maneira igual para todos os membros.

Nesse setor, portanto, se destacam as relações de reciprocidade-comunidade em convivência com as relações de capital, que, para o autor, fazem parte da “estrutura global do poder do capital” (QUIJANO, 1998, p. 228-229). Assim, a presença das relações de reciprocidade e de comunidade não é suficiente para que esta se configure como uma economia alternativa à do capital. Essa posição tem relação com algumas limitações encontradas no polo marginal, como por exemplo: (1) extrema concentração em atividades de uso e consumo imediato, o que dificultaria a consolidação de um modo de produção alternativo; (2) elevada dependência de apoio institucional e financeiro por outras entidades, o que dificulta a autonomia do setor; (3) reforço dos papéis historicamente impostos às mulheres pelo sistema patriarcal de opressão (Quijano, 1998, p. 234)².

Para Tiriba (2003), a economia popular se manifesta em diferentes tempos históricos, integrando-se aos modos de produção ou modelos de desenvolvimento econômico de forma hegemônica ou subalterna. Não é um fenômeno exclusivo das socie-

² Segundo o autor, no Chile, 65% dos membros das OEP's são mulheres. No Peru, os restaurantes populares – considerados parte das OEP's – agrupam 100 mil trabalhadoras, sendo todas elas mulheres.

dades capitalistas, estando presente nas sociedades de caçadores e coletores, escravistas, socialistas etc. Mas é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital que ela se apresenta, fortemente, como “economia dos pobres”, pois é quando se explicita a recorrência à mesma como estratégia de sobrevivência. Segundo Lisboa (2004, p. 13):

Recentemente descobertas pelos intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à economia popular são, em verdade, muito antigas, porém não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão iluminista. A economia popular era (e continua sendo) incompreensível (e desvalorizada) pelos parâmetros da razão econômico-social dominante. O olhar iluminista (em especial o pensamento periférico, o qual tende a reificar ainda mais o moderno) sempre desqualificou as práticas mais tradicionais, nas quais em geral não existia o sentimento de insegurança com relação ao sustento da família. Nos países semiperiféricos, em particular, a acumulação capitalista não levou à desorganização da pequena produção mercantil: sempre tivemos um grande conjunto da população “sobrevivendo” às margens do mercado numa economia de “subsistência”, subordinada sem dúvida.

Em fins do século XX, o termo economia popular era associado aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal e àqueles que buscavam complementar a renda, por auferirem baixos salários e possuírem poucas garantias nos empregos assalariados. A economia popular era, naquele momento, o “abrigo” dos desempregados e dos subempregados, que se ampararam nas redes de solidariedade entre os trabalhadores, suas famílias e a comunidade local (Icaza; Tiriba, 2009). É possível questionar, então, até que ponto a economia popular surge como parte do próprio capitalismo, funcional na diminuição dos conflitos sociais ao amortecer os choques das crises. O movimento de flexibilização dos mercados de trabalho fornece, sem dúvida, um impulso a essa economia.

O atual estágio do capitalismo não apenas faz evidenciar a existência de uma economia solidária junto à economia popular (e mesmo fora da mesma), como também a revigora, em função da crescente indiferenciação entre produção e reprodução com a multiplicação do trabalho à distância e no domicílio (afetando a localização espacial das atividades produtivas, redesenhando os espaços urbanos e os comportamentos sociais (Lisboa, 2004, p. 13).

De fato, o movimento de flexibilização e a conseqüente descentralização da produção e do trabalho alimentam uma diversidade de relações subordinadas, que vão desde a subcontratação direta até as atividades aparentemente autônomas, mas que contribuem para reduzir os custos de mão de obra e de matéria-prima. Esse conjunto de atividades, muitas vezes informal e precarizado, teria um papel de redução de custos e de enfraquecimento da base sindical, assumindo caráter universal, uma vez que existe tanto no centro quanto na periferia capitalista, e cumprindo papel fundamental para a penetração dos mercados internacionais³.

Para Tiriba (1999; 2005), no entanto, na economia popular subsistem antigas relações sociais de produção, as quais poderiam ser o embrião de uma nova cultura do trabalho. Esses resquícios de formações pré-capitalistas poderiam orientar relações econômico-sociais que, em um determinado momento histórico, poderiam contrapor-se ao modo de produção capitalista. Assim, nas práticas dos setores populares estaria a gênese de processos mais gerais de solidariedade e de cooperação.

³ Germer (2006), por exemplo, critica a associação, por Paul Singer, da economia solidária aos princípios socialistas. Já Wellen (2012) ressalta a funcionalidade da economia solidária à reestruturação produtiva ao terceirizar e precarizar força de trabalho para o capital.

Se o movimento de flexibilização dos mercados de trabalho, de um lado, estimula o “trabalho abstrato”, subordinado a processos de produção exógenos, embora desvinculado da relação de assalariamento, de outro encontramos o “trabalho autônomo” propriamente dito, que se dá quando o trabalhador possui o controle do processo de produção. Enquanto no primeiro caso pode-se falar em trabalho precário, no segundo, o maior controle sobre o tempo e sobre o processo de trabalho pode ampliar as possibilidades do trabalho ao potencializar o conhecimento acumulado e as redes existentes (Lago, 2009).

Como apontam Razeto et al. (1983), embora a participação em uma organização econômica popular seja em boa parte dos casos a única alternativa no curto prazo para enfrentar a necessidade imediata de sobrevivência, é comum que seus participantes se identifiquem progressivamente com essa solução, passando inclusive a preferi-la a outras, economicamente mais rentáveis, uma vez que aprendem a valorizar o trabalho por conta própria, sem patrão, em um ambiente de maior confiança e solidariedade, e ainda devido às possibilidades de desenvolvimento cultural, capacitação e convivência com outras pessoas, oferecidas pelas organizações.

Já Favreau (2004) indica que as unidades da economia popular (trabalhadores autônomos, pequenas empresas familiares), na medida em que se desenvolvem, podem se tornar tanto empresas do setor privado quanto organizações da economia social, sendo que esta última opção significa a participação em uma estratégia de organização coletiva para a cooperação e a construção de sistemas de troca locais. Neste caso, a relação com movimentos sociais e entidades de apoio e fomento, como Organizações Não Governamentais (ONGs), assume grande importância. Tiriba (1999; 2005), por sua vez, enfatiza a importância dos processos educativos que se encaminham para o exercício e para o horizonte da autogestão, defendendo uma “pedagogia da produção associada”.

A economia popular na América Latina apresenta potencialidades emancipatórias e, ao mesmo tempo, diversos limites gerados principalmente por seu caráter heterogêneo, periférico e, pelo menos em parte, subordinado. Os próximos tópicos buscam trazer contribuições para os limites encontrados a partir da discussão da des/colonialidade do poder e da economia solidária.

DES/COLONIALIDADE DO PODER E O POLO MARGINAL: CONTRIBUIÇÕES DE ANÍBAL QUIJANO

A des/colonialidade do poder se relaciona com a “elaboração de uma teoria para compreender a América Latina como parte constitutiva da modernidade” (MEJÍA, 2014, p. 217, tradução nossa). Trata-se do desenvolvimento de uma teoria capaz de, a partir do delineamento da modernidade, elaborar uma alternativa, portanto, “qualquer opção de des/colonialidade tem como condição indispensável uma des/colonialidade da teoria social” (MEJÍA, 2014, p. 217, tradução nossa).

O debate da des/colonialidade busca situar a América Latina sob a perspectiva da colonialidade, evidenciando as implicações dessa perspectiva e de que maneira deve-se agir para superar essa condição. Essa proposta teórica:

desenvolve uma estratégia interpretativa que consiste em expor as fundações teóricas eurocêntricas, superando aquela forma de compreender a realidade da América segundo categorias que foram elaboradas para dar conta do mundo europeu, concepção que se transformou em uma visão de alcance e validade universal (MEJÍA, 20, p. 218, tradução nossa).

Assim, o escopo des/colonial é de extrema relevância para a compreensão da realidade latino-americana e das formações socioeconômicas-espaciais que aqui se manifestam.

O processo histórico de construção da exploração da América Latina passa pela constituição da relação capital-salário (QUIJANO, 2005, p. 118). Nesse sentido, a exploração do trabalho e a apropriação da distribuição e da produção se materializam nos processos de servidão, escravidão, nas formas de produção mercantilizadas, na reciprocidade e no salário (QUIJANO, 2005, p. 118). Essas formas aparecem na América Latina não como culminância de algum processo histórico anterior, ou seja, preexistente no continente, mas sim como formas integralmente novas de exploração trazidas no processo de colonização. Isto porque:

foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente (QUIJANO, 2005, p. 118).

De maneira a concretizar esse projeto de controle do trabalho, iniciou-se um processo de atribuição de papéis aos indivíduos sociais dentro do padrão global de poder que se estabelecia. Esse processo é caracterizado principalmente pela criação de novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça e pela divisão do trabalho dentro desse padrão de exploração. Nesse sentido,

[...] cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, 2005, p. 119).

De maneira semelhante, a divisão sexual do trabalho e a consolidação de um suposto papel feminino na nova forma de articulação mundial do trabalho fizeram com que fossem criados, também, novos papéis históricos destinados aos corpos femininos. Essa configuração associa-se fortemente ao patriarcado e articula-se com o processo de construção da mercantilização da vida que ocorre na América Latina.

O controle sobre o trabalho, portanto, se estabeleceu a partir da articulação de “todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-

trabalho assalariado” criadas pelas forças da colonialidade (QUIJANO, 2005, p. 120). Essa articulação baseou-se,

[...] primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e, de modo mais complexo, os mestiços, na América, e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos (QUIJANO, 2005, p. 120).

Quijano (2012, p. 48-49) aponta a consolidação desse novo padrão global de poder no pós-Segunda Guerra mundial. Algumas mudanças marcaram o comportamento do capitalismo nessa nova fase e a maneira como isto impacta a vida social no nível global. Aí se inclui a elevação do desemprego pelo processo de substituição de mão de obra por máquinas a partir da revolução científica-tecnológica. Além disso, o sistema econômico global passa por um processo de financeirização e tecnocratização/instrumentalização da subjetividade e do imaginário popular.

Esse novo período histórico que se origina com a orientação de um novo padrão global de poder é marcado, segundo Quijano (2012, p. 50), por três termos: neoliberalismo, globalização e pós-modernidade. O neoliberalismo significa, para o autor, a projeção do capital financeiro como novo controle do capital mundial e a imposição do desemprego estrutural em massa em face da financeirização. A globalização é o meio pelo qual esse processo é colocado a nível mundial e contribui para a desarticulação dos trabalhadores e das instituições de caráter social na atualidade. Por fim, a pós-modernidade é a extensão definitiva da tecnocratização/instrumentalização da chamada racionalidade moderna.

Além disso, essa nova fase é marcada, principalmente, pela ameaça à existência social democrática da espécie humana (QUIJANO, 2008, p. 15). A tendência do capitalismo global de recriar e reafirmar processos de servidão e escravidão ameaça a própria existência do mundo do trabalho e de todos que dele dependem.

Os limites do polo marginal (economia popular) enquanto economia alternativa nessa nova fase são muito bem observados por Quijano (2012), que trata da concepção de “Buen vivir” sob a perspectiva da des/colonialidade e formula contribuições importantes para movimentos sociais latino-americanos de raízes e orientações similares.

O “Buen vivir”, segundo Quijano (2012, p. 46), pode ser definido como um “complexo de práticas sociais orientadas para a produção democrática de uma sociedade democrática, um outro modo de existência social, com seu próprio e específico horizonte histórico de sentido” radicalmente contrários e “alternativos à colonialidade global do poder”. Portanto, o “Buen vivir”, assim como o movimento de economia solidária, se orienta para a construção de uma alternativa na periferia do capital, distinta de todo tipo de padrões impostos pela colonialidade/modernidade eurocêntrica do poder global. Nesse sentido, buscar na economia popular a constituição de uma economia alternativa faz com que seja necessária a crítica da des/colonialidade do poder nesse movimento.

A colonialidade do poder, enquanto sistema de opressão e dominação da América Latina, apresenta uma contraparte no campo do conhecimento: a colonialidade do saber. Essa colonialidade é um “dispositivo que organiza a totalidade do espaço e do

tempo de todas as culturas, povos e territórios do planeta, em uma grande narrativa universal na qual Europa e EUA” se colocam como centro e foco do saber (SOLER, 2009, p. 54, tradução nossa).

Os papéis historicamente impostos aos povos periféricos, articulados em torno da ideia de raça, gênero, classe e etnia, contribuem de maneira expressiva na categorização e subsunção desses povos à razão ocidental, moderna, colonial. Esse sistema, a partir da “ego-política do conhecimento” (GROSFOGUEL, 2006 *apud* SOLER, 2009), utiliza-se da ideia de neutralidade da ciência, o mito do ego, colocando a ciência como universalista, neutra e objetiva fazendo com que “a localização epistêmica étnica/racial/de gênero/sexual e o sujeito que fala estejam sempre desconectados” (GROSFOGUEL, 2006 *apud* SOLER, 2009, p. 54, tradução nossa).

O projeto descolonial, nesse sentido, deve se pautar pela busca do desaprender para reaprender (COSTA, 2014, p. 930). Esse modo de construir a nova aprendizagem, mais do que uma crítica que parte de dentro do objeto de análise, busca uma crítica da própria análise em si, isto é, a economia popular não deve se pautar em alternativas já construídas pelo eurocentrismo ou pelo pensamento da colonialidade, mas sim questionar o porquê de as alternativas aparecerem nas formas que aparecem. Nesse sentido, a economia popular deve, em vez de buscar a alternativa, se construir enquanto alternativa, baseando-se nos saberes tradicionais, nas práticas próprias do povo latino-americano e no questionamento das identidades impostas pela colonialidade do poder e do saber.

Assim, a (nova) resistência, ou seja, a resistência que deve emergir nessa nova fase deve, segundo Quijano (2012, p. 52-53):

[...] desenvolver-se como um modo de produção de um novo sentido de existência social, da própria vida, precisamente porque a vasta população envolvida percebe, com crescente intensidade, que o que está em jogo agora não é apenas a pobreza, como a sua experiência eterna, mas nada menos do que a sua própria sobrevivência. Tal descoberta implica, necessariamente, que não se pode defender a vida humana na terra sem defender, ao mesmo tempo, no mesmo movimento, as condições da própria vida nesta terra.

De acordo com essa perspectiva, para que a economia popular possa se constituir como um movimento que se orienta para uma economia alternativa, sendo, portanto, capaz de produzir um novo sentido da existência social, esta deve buscar na des/colonialidade do poder as configurações dessas (novas) práticas sociais. Quijano (2012, p. 53) dá algumas contribuições nesse sentido e mostra o que pode se desenvolver a partir da des/colonialidade:

1. Igualdade social de indivíduos diferentes e combate à classificação desigualizante e identificação racial/sexual/social dos indivíduos;
2. Os grupos e as identidades, a partir do primeiro ponto, devem ser produtos de suas próprias decisões livres e autônomas;
3. A organização do trabalho e da distribuição da produção irão, portanto, se basear na reciprocidade;
4. A redistribuição dos recursos e produtos do mundo de forma igualitária;
5. Tendência de associação coletiva entre grupos locais, regionais ou nacionais, em torno de modos de produção e gestão coletivos buscando associar diretamente a autoridade e os direitos aos indivíduos, em suas existências sociais.

Essas contribuições tornam-se valiosas para o debate da constituição de uma alternativa a partir da economia popular, isto é, para que a prática popular seja em si mesma emancipatória e produza valores capazes de se mostrar alternativos ao sistema hegemônico do capitalismo.

OUTRA ECONOMIA DE BASE POPULAR: CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No *Dicionário Internacional da Outra Economia* (CATTANI et al., 2009, p. 07), a Outra Economia é apresentada por seus princípios distintos: a solidariedade, a sustentabilidade, a inclusão e a emancipação social. Sendo assim, pensar em Outra Economia de base popular é sugerir que o popular apresente, no mínimo, os germes desses princípios e, para tanto, a economia solidária pode trazer algumas contribuições.

Coraggio (1994; 2000; 2003) define as células da economia popular como as unidades domésticas que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem. A unidade doméstica seria, então, organização econômica fundada sobre as relações de parentesco, afinidade etc. que organiza os recursos e as capacidades de seus membros como forma de satisfazer suas necessidades, tendo como objetivo principal a reprodução ampliada da vida.

Coraggio (2009a) afirma que as economias latino-americanas não são economias de mercado puras nem suas sociedades, sociedades de mercado completas. O mercado, portanto, não assume papel de instituição central na organização das relações da sociedade com sua base natural. As economias latino-americanas são compreendidas, então, por economias mistas, formada por três setores: (1) a economia empresarial de capital, setor voltado para a acumulação e reprodução do capital de forma privada; (2) a economia popular, como dito, formada por unidades domésticas, intensiva em trabalho e orientada para a reprodução da vida; (3) a economia pública estatal, que busca atender às necessidades sistemáticas, muitas vezes agindo de forma contraditória entre a manutenção da governabilidade (através da associação com o capital) e o bem comum.

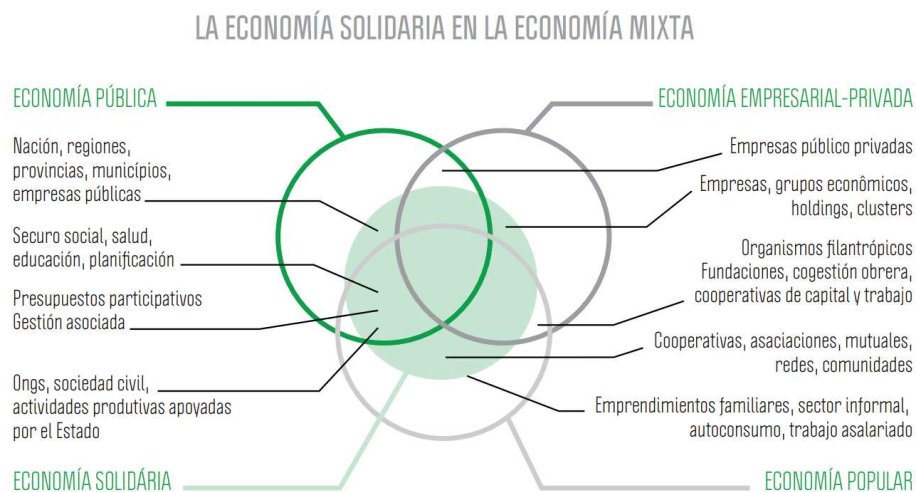
Mesmo que as organizações das unidades domésticas se orientem para a reprodução da vida e da reciprocidade, a presença forte de valores civilizatórios ligados ao capital ainda orienta certas práticas típicas da economia capitalista. Nesse sentido, a economia popular não necessariamente é solidária e, portanto, não se confunde com a economia solidária. No entanto, o popular consiste num terreno propício para o surgimento desta. Coraggio (2012a) irá, assim, distinguir claramente a “economia popular realmente existente” da “economia do trabalho”. A economia do trabalho seria um ideal utópico em que a lógica dominante é a reprodução ampliada da vida, e não a reprodução do capital.

A economia solidária, para Coraggio (2012a), seria um conjunto de práticas de caráter solidário existente nas três esferas e que consiste nos possíveis embriões da transição da economia do capital para a economia do trabalho (Figura 1). Coraggio (2013, p. 18, tradução nossa) afirma que:

há componentes solidários na economia popular, mas esta não é sempre nem predominantemente solidária. Eles existem, muito importantes, na economia pública (principalmente as relações de redistribuição progressiva). E existem também no setor

empresarial privado (ainda que seja uma solidariedade filantrópica e unilateral). Neste diagrama há uma tensão (setas azuis) pela luta contra-hegemônica, contra a dominância da lógica capitalista. Se avança ampliando o setor de economia solidaria, articulando-o como um subsistema orgânico, construído a partir do solo fértil de recursos e relações de reciprocidade e redistribuição da economia pública e popular e ampliando seu sentido da reprodução da vida dos membros de cada unidade doméstica à reprodução ampliada da vida de todos (solidariedade).

Figura 1 – Representação da economia mista



Fonte: Coraggio (2012b)

O que Coraggio (2012b) nos proporciona, então, é uma nova compreensão do que antes era tratado como marginal. Esta economia de base popular torna-se agora setor crucial de análise para as economias mistas latino-americanas e, também, terreno propício para a emergência de práticas sociais com princípios notadamente diferentes do capitalismo. Essa análise nos auxilia a ver a possibilidade de constituição de uma Outra Economia a partir do popular, sendo que a chave dessa transição estaria na economia solidária.

Ao discutir a ação política necessária, Coraggio (2013) propõe compreender os sistemas econômicos como construções sociopolíticas e não como resultado de evoluções naturais e necessárias, afastando-se da noção de “sequência de modos de produção”, segundo a qual todas as sociedades caminham inevitavelmente para uma sociedade de mercado. Assim como a economia capitalista de mercado foi uma construção política a partir da Revolução Industrial (POLANYI, 2011; 2012), outras construções são possíveis, sobretudo em momentos de desajuste estrutural. Discutem-se assim as possibilidades de (re)orientação da economia pública estatal e da economia popular para uma economia centrada no trabalho e na racionalidade reprodutiva: “não há uma realidade econômica necessária à qual se deve adaptar-se ou morrer, ao contrário, a partir de qualquer economia empírica, outras economias sempre são possíveis” (CORAGGIO, 2012c, p. 2, tradução nossa).

Paul Singer, ex-secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária, traz contribuições expressivas para a temática, sendo sua obra de crucial importância para

entender de que maneira a economia solidária pode contribuir para que a economia popular se constitua enquanto alternativa. Para Singer (2002, p. 9), a sociedade, para ser igualitária, necessita que a economia seja solidária, isto é, não competitiva. Isso significa que todos os participantes do processo de produção e da atividade econômica como um todo cooperam entre si. A solidariedade, para Singer (2002, p. 9), só pode se constituir se “for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”.

A economia solidária é, então, um outro modo de produção, cujos princípios básicos são “a propriedade coletiva do capital ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). Considerando a economia popular como base da transição para uma Outra Economia, a economia do trabalho, a solidariedade consiste como caminho para consolidação desse setor como alternativa.

A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

A economia popular, portanto, deve se pautar pela concepção da possibilidade de se “criar um novo ser humano a partir de um meio social em que a cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento” (SINGER, 2002, p. 116). Assim como na economia solidária, a economia popular deve continuar buscando outra forma de organização da produção que sujeitem as formas de mercado às normas e controles da organização social que lhes convém (SINGER, 2004, p. 12)

O desenvolvimento que se segue daí recebe o nome de “desenvolvimento solidário” (SINGER, 2004, p. 11) e propõe um “uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas” colocando-as à disposição de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, nenhum trabalhador seria excluído da utilização e do aproveitamento dos ganhos da produção e do trabalho.

O Estado Solidário (SINGER, 2004, p. 12) seria o Estado que intervém de maneira a impedir a divisão natural do capitalismo entre ricos e pobres, que cria as distinções de poder na sociedade. Seria, portanto, responsável por “tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores” a partir de instrumentos de que já dispõe, como, por exemplo, “os impostos sobre renda e a propriedade e a transferência de recursos públicos aos carentes”.

A economia solidária alia-se, portanto, a um “rosário de novas forças que lutam por uma ‘outra economia’” (SINGER, 2004, p. 21). Considerando essas contribuições, é possível trazer, também, toda uma crítica à globalização neoliberal, ao uso desmedido do meio ambiente e à violação dos direitos humanos. Além disso, segundo Singer (SINGER, 2004, p. 21), a forma de organização feminista é a mais adiantada no sentido da construção de uma economia solidária e pode contribuir claramente para a crítica feminista da economia popular e de sua herança patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica foi possível perceber como o tratamento da economia popular sob novos paradigmas permite “ressignificarem-se as práticas mesmas dos sujeitos coletivos que buscam subsistir ou se contrapor à lógica da economia capitalista” (CATTANI et al., 2009, p. 150). Tal tratamento propõe um olhar sobre a experiência, sobre as lacunas e os consequentes discursos inviabilizados pelo paradigma de conhecimento hegemônico. Esse caminho passa pela compreensão da economia popular e solidária como produtora de “espaços de fronteira”, capazes de fomentar tipos distintos de subjetividade e de sociabilidade que interessam a novos olhares e novas proposições (Sousa-Santos, 2008). Nesse sentido, discutiu-se a possibilidade de a economia popular ser o terreno em que se edifica e concretiza a proposta de uma Outra Economia.

Buscando as contribuições de Quijano sobre a des/colonialidade do poder e de Singer e Coraggio sobre a economia solidária, foi possível perceber algumas possibilidades diante dos limites da economia popular. O resultado do trabalho foi então perceber as contribuições desses campos que circundam a economia popular para o seu desenvolvimento enquanto alternativa.

As alternativas para os limites da economia popular estariam relacionadas, principalmente, à: (1) igualdade racial, sexual, social entre os indivíduos; (2) liberdade para consolidação dos grupos e suas identidades a partir de decisões livres e autônomas; (3) organização do trabalho e distribuição da produção pautadas pela reciprocidade; (4) (re)distribuição dos recursos e produtos de forma igualitária; (5) associação em torno de modos de produção e gestão coletivos e diretos que respeitem suas existências sociais; (6) crítica à globalização neoliberal, ao uso irrestrito do meio ambiente e à violação dos direitos humanos; (7) crítica feminista ao patriarcado e às formas tradicionais de organização da atividade produtiva e da vida social.

Todas essas contribuições se tornam uma agenda para o fortalecimento da economia popular enquanto alternativa e reconhecimento da sua força para organizar o modo de produção de uma maneira distinta daquela proporcionada pelo capital. Dito isto, a economia popular tem, em seu bojo, a capacidade de incorporar toda a crítica necessária e também a solidariedade como forma de consolidar e estabelecer uma Outra Economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- CORAGGIO, J. L. *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Frónesis, 1994.
- CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 91-133.
- CORAGGIO, J. L. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Proposta*, n. 98, set./nov. 2003. Pp.12-20

Bruno Siqueira Fernandes é graduando em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq.
E-mail: brunoggsiqueira@gmail.com

Sibelle Cornélio Diniz é economista e doutora em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da mesma universidade.
E-mail: sibelled@cedeplar.ufmg.br

Artigo recebido em 19 de junho de 2017 e aprovado para publicação em 19 de dezembro de 2017.

- CORAGGIO, J. L. *Territorio y economías alternativas*. In: Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. Visiones, desafíos y propuestas, 1, La Paz, 2009a.
- CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009b. Pp. 120-127.
- CORAGGIO, J. L. *La construcción de Otra Economía como acción política*. Mimeo, 2012a.
- CORAGGIO, J. L. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012b. Pp. 21-46.
- CORAGGIO, J. L. *Karl Polanyi y la otra economía en América Latina*. In: Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS) / Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). *Karl Polanyi: Textos Escogidos*. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012c.
- CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, nov. 2013. Pp.11-24 <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p11>.
- COSTA, C. L. Feminismos descoloniais para além do humano. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 2014. Pp. 929-934 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/refl/article/view/36754/28576>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- DINIZ, S. C. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- FAVREAU, L. Qu'est-ce que l'économie informelle, l'économie populaire, et l'économie sociale et solidaire? In: FALL, A. S.; FAVREAU, L.; LAROSE, G. *Le Sud et le Nord dans la mondialisation: quelles alternatives?* Le renouvellement des modèles de développement au Nord et au Sud. Québec: Publication Université du Québec, 2004.
- GERMER, C. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Outubro Revista*, n. 14, 2006. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-14-Artigo-10.pdf>. Acesso em: 10 jun. de 2017.
- GROSGOUEL, R. La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales: Trasmmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, n. 4, 2006. Pp. 18-48 Disponível em: <https://doi.org/10.25058/issn.2011-2742>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. et al (Orgs.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. Pp. 150-155.
- KÖCHE, J. C. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LAGO, L. C. do. Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. *Revista em Pauta*, v. 6, n. 24, dez. 2009. Pp. 31-47 <https://doi.org/10.12957/rep.2009.518>.
- LISBOA, A. M. *Socioeconomia solidária: marco conceitual latinoamericano*. Textos para discussão. Florianópolis: UFSC/CNM, 2004.
- MEJÍA, J. Colonialidad y des/colonialidad em América Latina. Elementos teóricos. In: QUIJANO, A. *Des/colonialidad y Buen vivir: un nuevo debate en América Latina*. Lima: Editorial Universitaria, 2014. Pp. 217-240.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

- POLANYI, K. *A subsistência do homem: e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- QUIJANO, A. “Buen vivir”: entre el “desarrollo” y lades/colonialidaddel poder. *Vientosur*, n. 122, 2012. Pp. 46-56 Disponível em: https://www.vientosur.info/IMG/pdf/VS122_A_QUIJANO_Bienvivir---.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, A. *Economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.
- QUIJANO, A. “Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno. *Otra Economía*, v. 2, n. 2, 2008. Pp. 12-17 Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1077/269>. Acesso em: 10 jun. de 2017.
- RAZETO, L. *De la Economía Popular a la Economía de Solidaridade nun Proyecto de Desarrollo Alternativo*. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.
- RAZETO, L. et al. *Las Organizaciones Económicas Populares*. Santiago: Ediciones PET, 1983.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SINGER, P. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, maio/ago. 2004. Pp. 7-22. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200001>.
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOLER, J. C. V. La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a la construcción de Otra economía. *Otra Economía*, v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1124/303>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- SOUSA-SANTOS, B. de. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- TIRIBA, L. Economía popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). *Contexto & Educação*, v. 14, n. 54, 1999. Pp. 53-80
- TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Proposta*, n. 97, jun./ago. 2003. Pp. 38-49 Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_TIRIBA.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.
- TIRIBA, L. Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego. *Trabalho Necessário*, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_TIRIBA.pdf. Acesso em: 10 jun. de 2017.
- WELLEN, H. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.